

IGNEZ MARTINS TOLLINI

Administrador escolar

Recentemente, o assunto acima motivou muita discussão e barulho em nossa cidade. Para algumas pessoas a questão ainda não está clara. Isso porque, lamentavelmente, o debate perdeu seu foco principal, alcançando alto nível de politização ao penetrar a política geral do Estado. Na verdade, o debate mudou de rumo com interferências que nada ajudaram e esclarecê-lo, mas muito pelo contrário, só fizeram perturbá-lo ainda mais. Tivesse a discussão permanecido dentro dos limites do setor educacional e se mantido focalizada nas políticas da educação, certamente muitos dissabores teriam sido evitados e não haveria dúvidas merecendo ser adicionalmente esclarecidas.

A primeira delas se refere à qualificação profissional do diretor escolar. Hoje, o campo da gestão educacional oferece conhecimentos que facilitam, sobremaneira, a análise da questão. Nesse campo, é consensual a idéia de que o administrador escolar deve estar qualificado para o cargo. O primeiro requisito para tal é ter conhecimentos teóricos sobre gestão educacional. A par disso, e igualmente importante, o outro requisito é que o diretor tenha bom senso.

As duas condições se completam e são essenciais para o sucesso do diretor escolar.

Muitos se perguntarão como alguns diretores de escola conseguiram obter sucesso em sua prática administrativa, embora não conhecessem postulados teóricos de gestão educacional. Isso pode acontecer e certamente continuará acontecendo por algum tempo, porém não muito. O uso unicamente do bom senso, baseado na experiência individual, é limitante e certamente não será suficiente para fazer face aos crescentes problemas e necessidades das cada vez mais complexas organizações modernas. As ferramentas que a teoria hoje oferece ao administrador não somente o ajudam a definir objetivos claros e tomar decisões rápidas e acertadas, como também o habilitam a desenvolver, com mais sabedoria, as políticas de pessoal em sua instituição escolar.

A segunda questão diz respeito à escolha democrática do diretor escolar. Tem havido bastante incompreensão sobre esse ponto. É necessário, portanto, esclarecer que o grau de democracia na escolha de um candidato não está necessariamente ligado ao método de escolha,

mas à conduta democrática na escolha. Assim sendo, pode haver desrespeito à democracia tanto quando o diretor é escolhido pelos professores em eleição direta, como também quando a escolha do diretor é feita por indicação de instância administrativa superior.

Depoimentos de professores, que passaram por administrações eleitas por ambas modalidades informam que eles presenciaram diretores eleitos por indicação da administração superior tomarem decisões influenciadas por pressões político-partidárias, isso também tendo acontecido com diretores escolhidos pela comunidade escolar. Em ambos casos, houve desrespeito à democracia. Portanto, não há como dizer que uma modalidade de eleição é mais democrática do que a outra ou vice-versa. Em ambas poderá ou não haver manipulação, interesses partidários, corrupção, nepotismo, arbitrariedade e outras mazelas do gênero. O que importa é a vigilância contínua da comunidade escolar, da administração superior e da sociedade local. Em suma, garantir competência e democracia é receita certa para o sucesso. Há que tentar.